



GUIA PRÁTICO PARA GESTORES PÚBLICOS:

TECNOLOGIA SOCIAL DESENVOLVIDA PELO PROJETO ALUNO PRESENTE PARA A SUPERAÇÃO DO FENÔMENO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA.

Eliana Sousa Silva; Miriam Krenzinger

**Guia prático para gestores públicos:
tecnologia social desenvolvida pelo
Projeto Aluno Presente para a
superação do fenômeno das crianças
e adolescentes fora da escola.**

1ª edição
São Paulo
Cidade Escola Aprendiz
2016

ISBN: 978-85-64569-05-8

Ficha Técnica:



Realização:
Associação Cidade Escola Aprendiz

Parceria do Projeto Aluno Presente:
Fundação Education Above All
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Direção Executiva:
Natacha Costa

Consultora de Conteúdo e Metodologia:
Eliana Sousa Silva

Consultora de Sistematização:
Miriam Krenzinger

Equipe do Projeto Aluno Presente

Apoio e revisão técnica:
Carlos Baggioli

Edição, Editoração e Projeto Gráfico:
Alma Comunicação e Causas

Impressão e fotolito:
Rotaplan Gráfica e Editora LTDA

ÍNDICE

4.

Apresentação
do Projeto

5.

O que é o Projeto
Aluno Presente

Por que você
precisa deste guia?

7.

Alguns pontos da
trajetória do Projeto
Aluno Presente no
Rio de Janeiro

8.

Crianças fora da escola:
para saber onde estão,
precisamos saber quem são.

10.

Os 10 passos

12.

1º passo:
Criação de comitê gestor
intersetorial e grupos
de trabalho

15.

2º passo:
Elaboração do marco legal,
diretrizes e princípios

17.

3º passo:
Formação e qualificação
das equipes

19.

4º passo:
Estratégias de sensibilização,
mobilização e comunicação

21.

5º passo:
Criação de uma base
de dados e mapas de
geoprocessamento

24.

6º passo:
Experiência Piloto

26.

7º passo:
Estratégias de identificação
das crianças e adolescentes

30.

8º passo:
Expansão do projeto
em todo município

32.

9º passo:
Acompanhamento,
Monitoramento e
Avaliação do Projeto

34.

10º passo:
Consolidação de uma política
pública de prevenção e
erradicação da evasão escolar
no seu município

APRESENTAÇÃO

Vamos falar sobre crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão escolar?

A reflexão sobre esse tema ganha mais uma contribuição com a publicação deste guia metodológico, fruto da experiência do **Projeto Aluno Presente**.

A partir de uma metodologia inédita, foi possível identificar mais de **23.200 crianças e adolescentes** fora da escola ou em risco de evasão e inserir **21.004** delas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro.

A garantia de direitos exige um olhar integrado e estratégias intersetoriais que envolvam de forma efetiva a sociedade civil organizada e as diferentes esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário. É fundamental, ainda, que a educação seja compreendida como uma tarefa de todos e todas na sociedade. Para isso, é necessário o desenvolvimento de ações que articulem a sociedade civil, territórios, escolas e profissionais de diferentes áreas.

Para apoiar o desenvolvimento de políticas públicas, este guia voltado a gestores das áreas de educação, saúde e assistência social, apresenta estratégias metodológicas que se mostraram bem sucedidas no Rio de Janeiro e que têm potencial para serem replicadas em outros contextos.

O compromisso assumido pelo poder público, sociedade civil, famílias e estudantes, comprovou que a questão das crianças e adolescentes fora da escola **pode** sim ser enfrentada com sucesso. Esperamos que este Guia contribua para que outros municípios e estados brasileiros assumam esta causa e efetivem as condições necessárias para que **todas e cada uma** de nossas crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Este é um direito e cabe a todos nós concretizá-lo. Bom trabalho!



O QUE É O PROJETO ALUNO PRESENTE?

O Projeto Aluno Presente atuou na identificação, localização e inserção de crianças e adolescentes entre 06 e 14 anos de idade, que estavam fora da escola ou em risco de evasão escolar em todo o município do Rio de Janeiro. Sua ação é resultado de uma potente junção de forças que articulam diversas esferas do poder público municipal e sociedade civil organizada. Surgiu a partir do desafio colocado pela Organização das Nações Unidas nos Objetivos do Milênio (ODM), assumidos pelos 191 países-membros: **GARANTIR EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS.**

O Aluno Presente (AP) teve o suporte do Programa Educate a Child, da Fundação Education Above All, do Qatar, e foi realizado no Brasil pela Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura do Rio de Janeiro e da Associação Cidade Escola Aprendiz.

Essa tecnologia social pode chegar agora a sua cidade.



POR QUE VOCÊ PRECISA DESTA GUIA?

A base deste guia é a tecnologia social pioneira desenvolvida pelo Projeto Aluno Presente. Ela reafirma que não se pode planejar e executar políticas públicas de forma fragmentada.

Além disso, é fundamental que toda sociedade seja sensibilizada para essa agenda. Este guia vai auxiliar gestores públicos de todo o país a desenvolver ações como estas com qualidade e eficiência em seus municípios.

Vamos mostrar, na prática, que “é preciso toda uma aldeia para educar uma criança”. Ainda, que é de suma importância desenvolver um olhar compartilhado sobre a educação de crianças e adolescentes considerando as contribuições da sociedade civil, das famílias, dos potenciais presentes nos territórios e dos demais profissionais responsáveis pela proteção social e pelo processo educacional das crianças e adolescentes.

Para já inserir você no assunto, o Aluno Presente trabalhou a partir de três grandes eixos:



- fortalecimento e ampliação do escopo da política municipal da educação;
- construção, articulação e ampliação da rede de proteção social;
- produção de conhecimento sobre o fenômeno “criança e adolescente fora da escola”, gerando novos diagnósticos e novas tecnologias sociais.

Tendo em vista a experiência acumulada, este guia é um “passo a passo” voltado a disseminar a metodologia de identificação e enfrentamento de vulnerabilidades que levam à infrequência e à evasão escolar na sua cidade.

Outro dado essencial do Projeto Aluno Presente é o de integrar ações ligando as secretarias municipais de **Educação, Saúde e Assistência / Desenvolvimento Social** em três linhas de atuação:



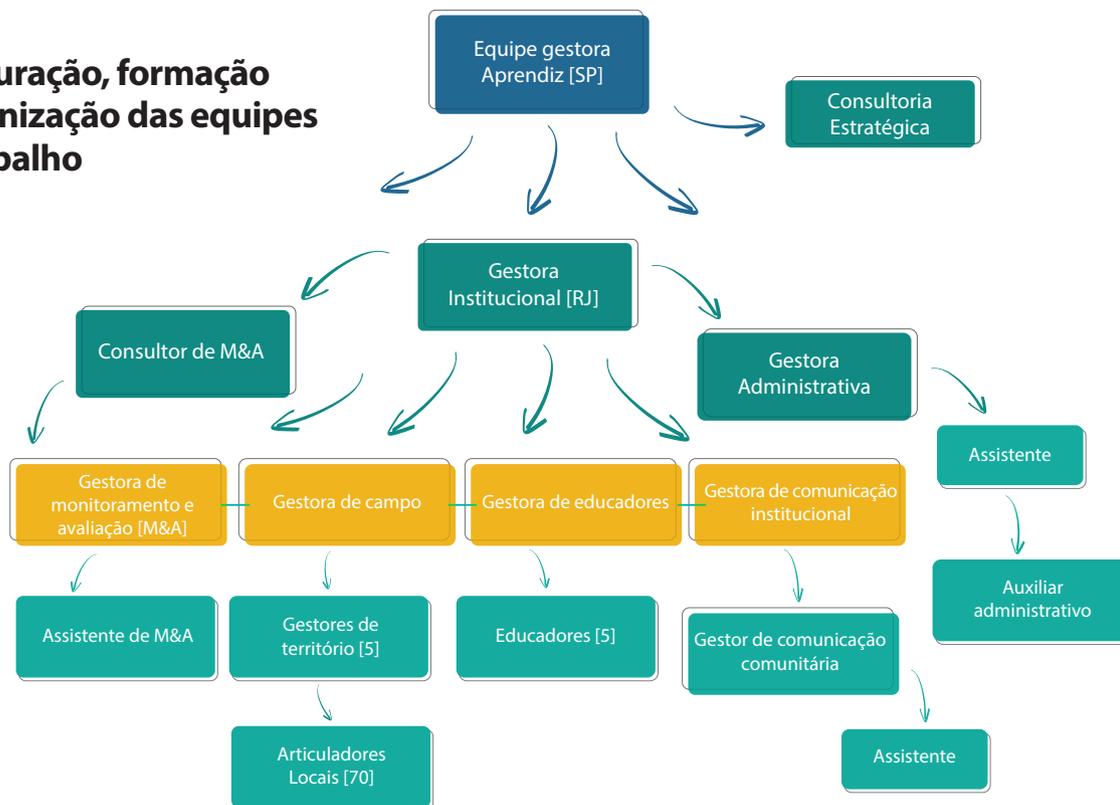
O acesso e a permanência de uma criança a uma escola de qualidade deve ser assumido como eixo fundamental do plano municipal de Educação, considerando os seguintes elementos:

- 1) Estímulo à demanda social pelo direito à educação;**
- 2) Qualidade da oferta educativa: infraestrutura e materiais adequados, e valorização dos(as) profissionais da educação;**
- 3) Garantia de processos democráticos nas escolas no âmbito pedagógico, avaliativo e de gestão;**
- 4) Superação das desigualdades sociais, econômicas e territoriais de forma a garantir as condições de permanência (equidade educativa).**

Para que o seu projeto seja bem sucedido, é necessário utilizar diferentes linhas de atuação que vão desde uma gestão intersetorial até a busca ativa e as articulações de campo (explicaremos em cada passo). Iremos apresentar alternativas de superação da infrequência e da evasão escolar. Indicaremos caminhos que devem ser criados, reinventados e/ou adaptados conforme os desafios e as especificidades de cada cidade, de cada território e de cada escola. Vamos lá?

CONHEÇA A TRAJETÓRIA DO PROJETO ALUNO PRESENTE NO RIO DE JANEIRO

Estruturação, formação e organização das equipes de trabalho



Nossa meta:

Identificar e reinserir 21 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos que estavam fora da escola ou em risco de evasão.

Nosso percurso:

Produção de um diagnóstico sócio territorial para planejamento do trabalho de campo; mapeamento das instituições locais e ativação de parcerias; teste da metodologia de busca ativa numa região piloto da cidade; expansão para todo o município.

Nossa estratégia:

Conhecer a realidade das famílias e os motivos pelos quais as crianças e adolescentes estavam em situação de infrequência ou evasão escolar.

De onde vinham as informações primárias :

- Indicações espontâneas de moradores da região;
- Instituições da sociedade civil;
- Técnicos de equipamentos públicos da Educação, Assistência Social ou Saúde;
- Listas oficiais de infrequência e abandono escolar disponibilizadas pelas secretaria municipal de educação;
- Campanha de comunicação e mobilização social.

Nossos objetivos



APOIAR mães, pais ou responsáveis a encontrar vagas e efetuar a matrícula na rede municipal de educação.



ARTICULAR os diferentes órgãos governamentais do município, buscando a integração das políticas públicas nos territórios, bem como a inserção direta nas comunidades, mobilizando agentes locais dos diversos setores.



CONTRIBUIR com a criação de condições para que as crianças mantenham a frequência escolar.



SISTEMATIZAR as metodologias aplicadas em todas as etapas do trabalho para que possam ser replicadas em outras realidades de diferentes regiões brasileiras ou de outros países.

Nossas linhas de ação:

- Grupos de trabalho intersetoriais (em âmbito central, regional e territorial);
- Campo: busca ativa e construção de uma rede de apoio institucional;
- Monitoramento e Avaliação (M&A);
- Comunicação comunitária e institucional;
- Geral Presente na Escola: fortalecimento do protagonismo estudantil.

CRIANÇAS FORA DA ESCOLA: PARA SABER ONDE ESTÃO, PRECISAMOS SABER QUEM SÃO

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) deram início em 2010 no país à Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Além do relatório **Todas as Crianças na Escola em 2015**, a iniciativa inclui a mobilização **Fora da Escola Não Pode!**. Há um enorme contingente de crianças e adolescentes que estão na escola, mas com baixos resultados de aprendizagem, com altos índices de repetência e atraso escolar. O Brasil ainda tem pela frente um longo caminho para garantir o direito à educação de qualidade para todas as suas crianças e adolescentes. Um grupo significativo desse público ainda precisa superar os obstáculos da desigualdade para ter garantido o seu direito de aprender no Brasil (UNICEF, 2013).

Segundo a UNICEF, o desafio do Brasil é enorme, pois os microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) revelaram que mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 04 e 17 anos de idade estão fora da escola. Em um país que só recentemente tornou obrigatória a escola para crianças e adolescentes entre 04 e 17 anos, e que ao mesmo tempo se propôs a erradicar o trabalho infantil, torna-se tarefa fundamental assegurar que todos estejam na escola. Essas ações protegem a integridade física de crianças em vulnerabilidade que, além de não terem seu direito à educação assegurado, passam a estar muito mais expostas a todo tipo de violência.

A infrequência ou a frequência invisível

Uma criança fora da escola é considerada fora do acesso às políticas públicas. Torná-la presente significa torná-la visível, ou seja, tornar visíveis suas condições de existência. Significa compreender a centralidade da escola como serviço público no território. Significa reconhecer a criança e sua família como sujeitos de direitos e garantir seu acesso à cidade e à cidadania.

Apesar de não ser valorizada, a infrequência escolar é parte importante da lógica sistêmica que produz a evasão. Não raro, a própria escola apresenta limites quanto a sua capacidade de evitar que o aluno infrequente evada temporária ou definitivamente e algumas vezes acaba colaborando para que isso ocorra.

Essa é uma das grandes travessias enfrentadas pelo Projeto Aluno Presente: tornar visíveis os invisíveis das políticas sociais, transformando números e estatísticas em histórias de vida.

Crianças que não possuem acesso a unidade escolar. Essas crianças nunca irão frequentar a escola a menos que lhes seja dado acesso.

Crianças que possuem acesso à unidade escolar mas não estão matriculadas. Essas crianças nunca entrarão na escola ou o farão tardiamente.

Crianças que possuem acesso a unidade escolar e estão matriculadas, mas não frequentam.

Crianças que estão em situações emergenciais ou de crise e não participam de nenhum programa educacional estruturado. Essas crianças foram removidas e vivem em condições temporárias em ambientes sem escolas ou oportunidades educacionais disponíveis.

Crianças que abandonaram o sistema educacional. Essas crianças são consideradas como "dropouts" ou "evadidas".

O PROGRAMA EDUCATE A CHILD (EAC) TRABALHA COM AS SEGUINTE DEFINIÇÕES DE CRIANÇA FORA DA ESCOLA (OOSC) DA UNESCO:

Definição de OOSC: Out of school children (OOSC) ou Criança Fora da Escola são crianças na faixa etária oficial da educação básica que não estão participando de programas educacionais.

OS 10 PASSOS QUE VAMOS PERCORRER COM VOCÊ.

Aqui chegamos ao coração deste guia. A experiência do Projeto Aluno Presente demonstrou que é possível desenvolver ações concretas que reduzam significativamente as taxas de evasão e infrequência escolar. Você tem em mãos uma tecnologia social que pode mudar a vida de milhares de crianças e o futuro da sua cidade.



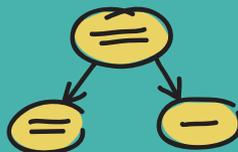
1º
PASSO

Criação de comitê gestor intersetorial e grupos de trabalho.



2º
PASSO

Elaboração do marco legal, diretrizes e princípios éticos.



3º
PASSO

Formação e qualificação das equipes.



Criação de uma base de dados e mapas de geoprocessamento.



Estratégias de sensibilização, mobilização e comunicação.

4º
PASSO

5º
PASSO



8º PASSO

Expansão do projeto em todo município.



9º PASSO

Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Projeto.



10º PASSO

Consolidação de uma política pública de prevenção e erradicação da evasão escolar no seu município.

7º PASSO

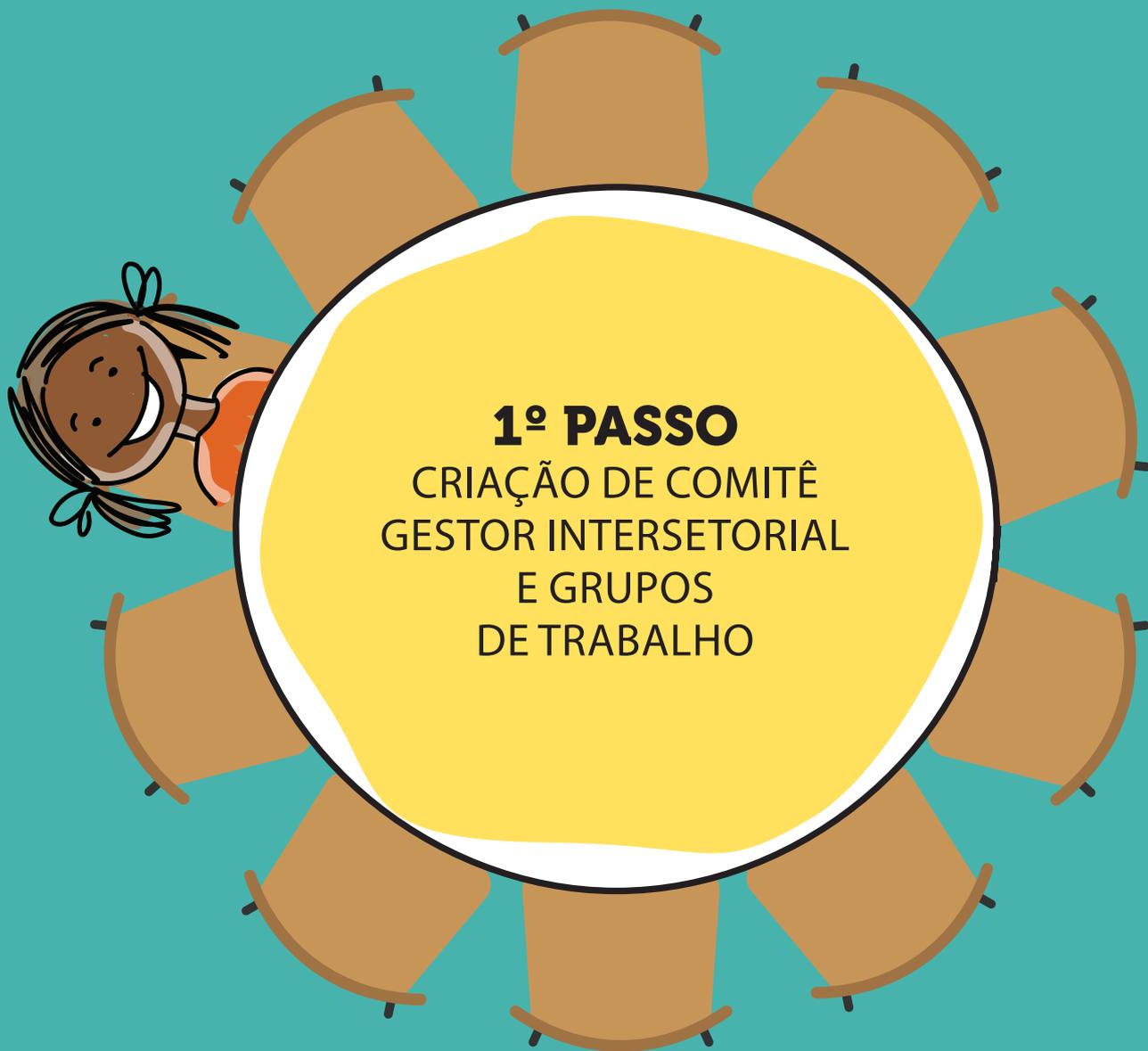
Estratégias de identificação das crianças e adolescentes.



6º PASSO

Experiência Piloto.





1º PASSO
CRIAÇÃO DE COMITÊ
GESTOR INTERSETORIAL
E GRUPOS
DE TRABALHO



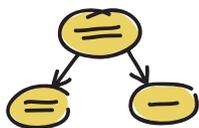
Para começar, é preciso pensar em um projeto com base em diálogos, convênios e parcerias com lideranças políticas. Sem esse respaldo e abertura, dificilmente a experiência terá sucesso em grande escala.

A criação de um **Comitê** dará força, legitimidade e autonomia política ao projeto. A partir dele será possível construir um fluxo de trabalho, definir e alinhar ações e construir uma base de informações necessária à consolidação da proposta no seu município.

Suas ações devem se voltar para crianças, famílias, escolas e bairros que estão em situação de vulnerabilidade social e que demonstram baixo acesso ao direito à educação de qualidade. Seus objetivos, metas e ações estarão inseridos, portanto, direta e indiretamente, ao Sistema de Proteção Social de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Recomenda-se nesta fase, realizar o desenho institucional dos atores que serão responsabilizados e mobilizados para gerir as ações do projeto em nível central, regional e territorial, bem como, em nível interinstitucional.





Defina o fluxo das informações que serão trabalhadas numa base de dados georeferenciada específica a ser criada. Essa base de dados (Passo 5) irá subsidiar não somente o diagnóstico situacional da realidade da infrequência e da evasão escolar da cidade, mas, também, servirá de monitoramento e avaliação das ações que serão implementadas no decorrer da sua trajetória.

Formação do Grupo de Trabalho Intersetorial (central, regional e local)

O **Grupo de Trabalho** Intersetorial (GTI) é um espaço de discussão mensal para articular políticas setoriais, promover a discussão de casos de crianças infrequentes ou fora da escola. A ideia aqui é fortalecer o potencial de atuação do poder público em nível central, regional e local, já que desses encontros deverão participar gestores e técnicos que atuem diretamente com os beneficiários das políticas implementadas.





2º PASSO
ELABORAÇÃO
DO MARCO LEGAL,
DIRETRIZES E
PRINCÍPIOS ÉTICOS.

Uma das primeiras ações desta fase será traçar diretrizes voltadas para as equipes de campo tendo em vista o planejamento em âmbito local da implementação das estratégias para a efetivação da rede de proteção das crianças e dos adolescentes identificados pelo projeto. Os princípios e diretrizes norteadoras devem estar fundamentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (MEC, 2013):

Princípios éticos:



Respeito à dignidade da criança fora da escola e em risco de evasão e compromisso com a promoção dos direitos humanos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito, discriminação e exclusão social.

Reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90, de 13/07/1990).

Busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; atenção à diversidade no atendimento às famílias de forma a assegurar a igualdade de direitos entre os alunos e alunas que apresentam diferentes necessidades e compromisso com a redução da pobreza e das desigualdades sociais, regionais e territoriais.

Diretrizes Políticas



Articulação intersetorial e interinstitucional: as ações do projeto devem estar articuladas ao sistema de garantia de direitos da infância e adolescência e aos fóruns representativos dos direitos das crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro;

Complementaridade e sustentabilidade: O projeto trabalhará no reconhecimento e compartilhamento metodológico de diferentes experiências individuais e coletivas neste campo; trilhará caminhos e soluções efetivas para que as ações e resultados sejam sustentáveis, isto é, passíveis de serem transformadas em políticas públicas, na medida em que o problema da infrequência e evasão escolar aumentam no Brasil e no mundo.

The image features a teal background with a central yellow circle containing text. Surrounding the circle are ten brown chairs arranged in a circle. Three cartoon characters are seated at the table: a woman with dark skin and braids on the left, a man with spiky hair on the right, and a woman with dark hair on the bottom. The text inside the yellow circle reads:

3º PASSO
FORMAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO
DAS EQUIPES

As equipes precisam ser incentivadas e capacitadas de forma contínua. Impõe-se uma redefinição da própria concepção de educação como direito, assim como da escola pública em sua função republicana e democrática que leve também à redefinição das atribuições dos atores envolvidos. O despertar de habilidades pode advir de sensibilização e formações, visando as competências política, teórica metodológica e técnica operacional.

Conceitos-chave a serem qualificados no cotidiano das ações do Aluno Presente



- Agenciamento infantil;
- Direito à educação;
- Educação de qualidade;
- Educação Integral;
- Evasão e exclusão escolar;
- Fator de proteção e de risco;
- Políticas Intersetoriais e Prevenção da Evasão e Infrequência Escolar;
- Resiliência;
- Redes sociais;
- Território;
- Violência;
- Vulnerabilidade à exclusão escolar.



Para a definição e aprofundamento de cada item, acesse o site <http://www.alunopresente.org.br/>

DICA: sugerimos a capacitação e qualificação profissional sobre dados sociodemográficos da região onde o projeto-piloto estará em desenvolvimento. Isso proporcionará maior conhecimento da realidade local, bem como a noção de como as questões estruturais da cidade estão interferindo no processo de produção e manutenção do fenômeno da criança fora da escola ou em risco de evasão.



4º PASSO
ESTRATÉGIAS DE
SENSIBILIZAÇÃO,
MOBILIZAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

A Comunicação Comunitária será um dos eixos estruturantes para a divulgação e ampliação da visibilidade do projeto com o objetivo de gerar demanda espontânea por atendimento, além de legitimidade nas ações locais. Desta forma, é fundamental a divulgação do projeto nos territórios, informando as pessoas, lideranças comunitárias, instituições, famílias e a população em geral sobre suas ações.

Estratégia de Comunicação

- **MOBILIZAR** a sociedade em torno dos compromissos e metas do projeto;
- **DIVULGAR** o projeto para identificação de casos por meio da **DEMANDA ESPONTÂNEA**.

Numa segunda fase do projeto (após a experiência piloto), indica-se que as ações de comunicação se concentrem na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na grande mídia, de forma a fortalecer esta agenda em âmbito local e municipal.



DICAS:

- Crie peças permanentes para site e redes sociais ;
- Realize Parceria com empresas de transporte público ;
- Crie (ou potencialize) uma central telefônica disque Aluno Presente;
- Ofereça número no whatsapp;
- Crie Página nas redes sociais como Facebook e Twitter;
- Faça parceria com rádios comunitárias;
- Distribua materiais nas Unidades de Saúde e Clínicas da Família; Conselhos Tutelares, CRAS, Clube de Futebol; Associação das Escolas de Samba; Vilas Olímpicas e Centros Culturais;
- Dê apoio à Matrícula Digital com orientações claras e contatos úteis.



5º PASSO
CRIAÇÃO DE UMA BASE
DE DADOS E MAPAS DE
GEOPROCESSAMENTO



É fundamental para a organização e desenvolvimento do projeto a criação de uma base de dados que cruze as informações dos órgãos oficiais, das escolas e dos articuladores de campo.

Criação de Mapas e Geoprocessamento

Deve-se dar uma especial atenção aos “pontos quentes”, onde sobram motivos para a “infrequência” de crianças e adolescentes (e até mesmo o desinteresse de suas famílias) pelo ambiente escolar. Estes focos de evasão ou de infrequência em geral parecem ser favorecidos por circunstâncias que, uma vez mapeadas com objetividade, podem vir a ser erradicadas ou diminuídas com medidas de “prevenção situacional”.

Assim, é importante o entendimento dos fatores da evasão e/ou infrequência escolar, tais como situação econômica familiar, índices de criminalidade e disseminação de drogas e armamentos ou violência doméstica.

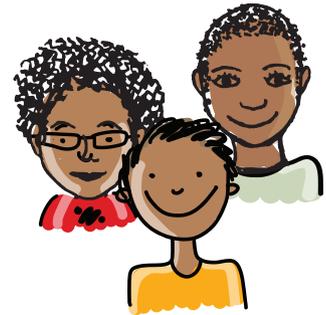
É muito importante também obter informações sobre as iniciativas que serão implementadas pela sociedade civil, organizada ou não. Isto é possível por meio de um trabalho integrado entre diversas áreas e setores públicos, tais como as secretarias municipais de Educação, de Saúde e de Assistência Social (indicado no 1º passo), munidos de tecnologia avançada voltada a gerar cada vez mais acesso ao mapeamento do cenário educacional em tempo real. É preciso que a prefeitura adeque suas estruturas administrativas para as tarefas de gestão da informação.

Elementos de um diagnóstico situacional

Deve-se estar atento aos indicadores, fatores ou variáveis pertinentes, bem como ao repertório de aspectos ou dimensões relevantes que venham propiciar uma boa análise da problemática da evasão e da infrequência escolar infantil e adolescente. A seguir os principais agentes e as questões a serem colocadas na elaboração de um diagnóstico social:

A família e a criança

- Biparental (heterossexual ou homossexual); monoparental (masculina ou feminina); com presença de apenas duas gerações (pais e filhos) ou mais do que duas (avós e bisavós); dotada de número maior ou menor de filhos (cujos gêneros também são significativos). Para cada criança é relevante seu lugar na sequência dos irmãos. Há mães ou pais adolescentes convivendo com a família original?
- É egressa de processo migratório ou não? A migração pode ser internacional, interestadual, intermunicipal ou intramunicipal.
- Qual a cor dos familiares ou quais as suas cores, em suas próprias categorizações e de acordo com a classificação do IBGE?
- Qual a idade e a escolarização de cada mãe/pai/ responsável e das crianças?
- Qual o sexo das crianças focadas nesta pesquisa?



A escola

- Em que nível se apresenta a organização interna e condições materiais do espaço físico?
- Qual o nível de dedicação dos docentes e dos funcionários?
- Há flexibilidade e abertura da escola, isto é, de professores e funcionários, ao diálogo? Ou prevalece o rigor disciplinar e o autoritarismo?
- O envolvimento das famílias e da comunidade existe ou é estimulado pela escola?
- Atividades extracurriculares são incentivadas e praticadas? O grêmio escolar é ativo e participativo

O território

- Qual o respectivo IDH e demais índices de desenvolvimento urbano?
- Qual a taxa de desigualdade social?
- Qual a configuração étnica predominante?
- Há presença ostensiva da violência interpessoal ou ligada ao tráfico e à polícia? É frequente a violência doméstica na comunidade?
- Que instituições do Estado estão presentes no território?

Perguntas bem formuladas trazem respostas mais claras e melhores resultados. Colocamos aqui somente 5 perguntas dos principais agentes. Consulte o questionário completo no <http://www.alunopresente.org.br/> Sugere-se ainda, contratar consultoria para a realização de um diagnóstico socioterritorial detalhado. Indica-se parceria com universidades ou centros de pesquisa especializados.



6º PASSO
EXPERIÊNCIA PILOTO



Recomenda-se a realização de uma experiência piloto (de 3 a 6 meses) dentro da área de abrangência do projeto. Nessa fase, sugere-se a implementação da metodologia central do projeto: busca ativa, mobilização e articulação da rede de proteção social territorial e regional feita pelos articuladores de território, agentes de saúde ou agentes comunitários e monitoramento e avaliação.

O território escolhido compreenderá a formação e a atuação de uma equipe com perfil multidisciplinar, composta por um gestor de território e articuladores de campo. No projeto-piloto, a implementação de estratégias de busca ativa apoiada em parcerias com organizações locais, unidades de saúde, escola e outros atores-chave é uma ação estruturante para o contato direto com o contexto e realidades das crianças e adolescentes infrequentes e fora das escolas.

O importante, enfim, é a percepção da equipe sobre o quanto uma experiência piloto pode oferecer de subsídios para a formulação de estratégias assertivas que levem em conta as demandas de alunos infrequentes ou que já evadiram, os fluxos de trabalho bem sucedidos, os espaços/instituições de apoio e o fortalecimento de vínculos comunitários para que nenhuma criança deixe de estudar.



No caso de a criança ainda estar fora da escola, indica-se à equipe criar um cadastro orientando a família e encaminhando à respectiva coordenadoria regional de Educação do município, viabilizando assim, sua matrícula em escola da rede pública municipal de ensino.



Caso a criança já esteja matriculada, mas infrequente, o cadastro para acompanhamento da criança deverá ser feito assim mesmo, uma vez que, por já apresentar histórico de evasão, aquela determinada criança pode vir a encontrar dificuldades de permanência na escola.

An illustration of a diverse group of children sitting around a large yellow circle. The children are drawn in a simple, cartoonish style with various skin tones, hair styles, and clothing. The yellow circle is the central focus, containing text in Portuguese. The background is a solid teal color.

7º PASSO
ESTRATÉGIAS DE
IDENTIFICAÇÃO DAS
CRIANÇAS E
ADOLESCENTES

Com base na experiência piloto é preciso desenhar um protocolo de ações que definirá o fluxo de busca ativa, encaminhamento à rede e acompanhamento.

Os articuladores de campo atuam como mediadores da rede estabelecida entre instituições, agentes, projetos sociais, famílias, crianças e adolescentes de um mesmo território.

Entenda o que é e como funciona a busca ativa



SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SME - Secretaria Municipal de Educação

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

CRE - Coordenadoria Regional de Educação

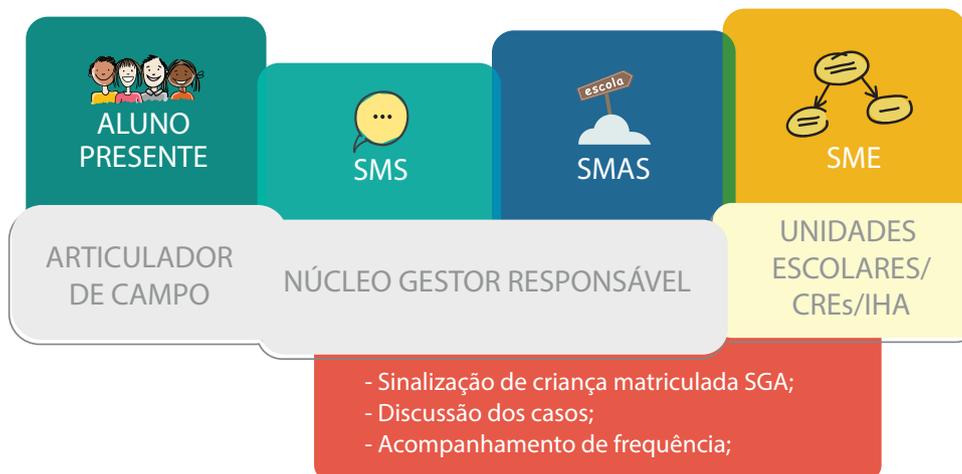
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

Entenda como funciona o encaminhamento para a matrícula



Entenda como se dá o acompanhamento



Sugere-se realizar a busca ativa a partir da listagem de alunos matriculados durante o ano na rede municipal de ensino que estejam infrequentes ou evadidos neste mesmo período.

Como enfatizado no capítulo anterior:

- No caso de a criança ainda estar fora da escola, é importante que a equipe elabore um cadastro orientando a família a buscar a respectiva coordenadoria regional de educação (CRE) do município, viabilizando assim, sua matrícula em escola da rede pública municipal de ensino.
- Caso a criança já esteja matriculada, mas infrequente, o cadastro para o seu acompanhamento deverá ser feito da mesma forma, uma vez que, por já apresentar histórico de risco de evasão, aquela criança pode vir a encontrar dificuldades de permanência na escola.

Além de realizarem a busca ativa a partir das listas e visita à domicílio, estabelecerem contato com as escolas, CREs e outras instituições vinculadas ao acesso e a permanência dos alunos nas escolas, os articuladores devem se dedicar ao acompanhamento dos casos já identificados.

Aqui, surgem demandas que exigem da equipe local estratégias específicas para cada caso. Saber até onde ir em situações nas quais diversas alternativas já foram tomadas e mesmo assim a permanência da criança na escola se mostra frágil. Para isso, o articulador deve atualizar sempre a situação da criança. Ao mesmo tempo, saber quais órgãos devem ser acionados e com que parceiros deve-se contar na rede de apoio intersetorial.

Indica-se que sejam realizadas reuniões semanais para que o grupo de articuladores do projeto possam compartilhar suas impressões, casos e desafios e, assim, estabelecer uma troca sobre a melhor forma de acompanhar e endereçar os casos das crianças identificadas.

Para isso, é importante a atualização permanente do sistema de monitoramento do projeto, além de clareza e objetividade na descrição e detalhamento dos casos. Indica-se que seja estipulada uma hora da carga horária diária para a realização do preenchimento do banco de dados.





8º PASSO
EXPANSÃO DO PROJETO
PARA TODO MUNICÍPIO

Algumas perguntas-chave devem ser feitas para a ampliação do projeto.

- A qualificação da equipe foi suficiente para a realização da abordagem, diagnóstico e intervenção intersetorial?
- Os fluxos de informação entre os agentes responsabilizados estão funcionando adequadamente?
- Quais limites e entraves precisam ser aprimorados?
- Que potenciais podem mais ser explorados?

A expansão das atividades deverá ser planejada de forma a proporcionar atendimento a toda cidade. É provável, portanto, que haja necessidade de ampliação da equipe de articuladores locais e gestores de território a serem distribuídos estrategicamente pelo município.

Torna-se importante, nessa fase, uma precisão maior na produção de dados e no fluxo das ações, considerando um leque cada vez mais amplo de fontes, no sentido de serem identificadas as áreas de maior concentração de “crianças fora da escola” em sua cidade.



É sempre bom lembrar que, apesar de haver um desenho único para a política educacional da administração municipal, as coordenadorias regionais e as escolas costumam fazer ajustes e adaptações a partir das especificidades de cada uma delas.

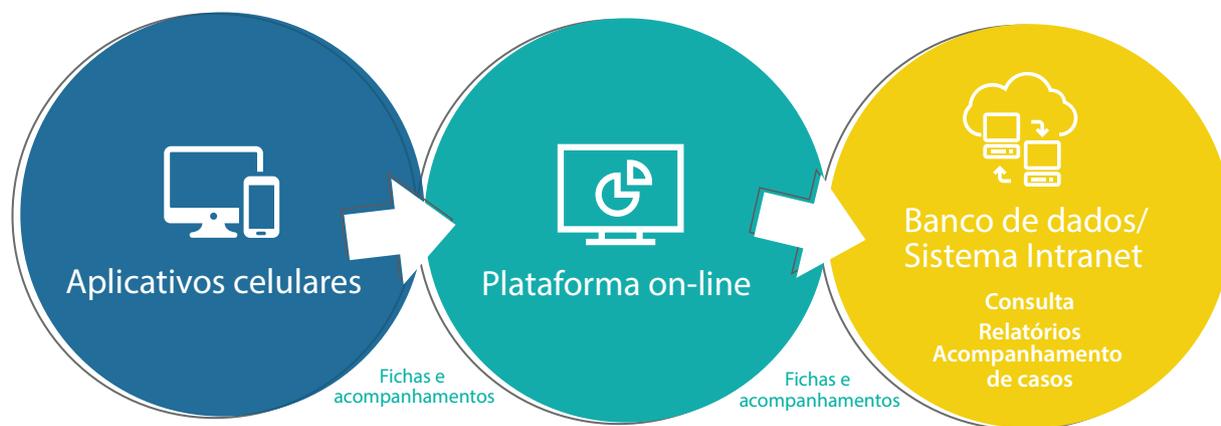


9º PASSO
MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DO PROJETO

Para garantir eficiência e agilidade na gestão dos dados, recomenda-se um sistema dividido em duas principais ferramentas:

1) aplicativo para coleta de dados instalado nos aparelhos celulares das equipes de campo.

O aplicativo realiza o geo-referenciamento da criança identificada em tempo real e permite a coleta de dados em locais sem acesso à internet e à rede móvel de telefone, realidade de muitos locais de circulação das equipes de campo. Além disso, facilita o trabalho do articulador por garantir o acesso a todos os instrumentais do projeto de forma rápida e organizada.



Fluxo Ap + Nível Central

2) plataforma intranet para processamento dos dados.

A plataforma intranet a ser desenvolvida exclusivamente para o projeto tem como principais funcionalidades::

- Revisão das informações coletadas em campo;
- Identificação de registros duplicados de crianças;
- Verificação do atendimento da faixa etária das crianças identificadas segundo os critérios definidos;
- Consulta às informações cadastrais e de acompanhamento do público atendido;
- Georreferenciamento do local de moradia das crianças;
- Monitoramento das metas individuais e das equipes de campo;
- Extração de resultados gerais e por área;
- Extração de relatórios com informações do público atendido;
- Registro de ações complementares além da inserção das crianças na rede escolar;
- Atualização do cadastro das crianças nos casos de mudança de endereço e formas de contato;
- Construção do perfil das crianças identificadas com informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e de configuração familiar.

A central yellow circle with a white border contains text. It is surrounded by ten diverse cartoon children of various ethnicities and ages, all smiling. The children are arranged in a circle around the central text. The background is a solid yellow color.

10º PASSO
CONSOLIDAÇÃO DE
UMA POLÍTICA PÚBLICA
DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DA
EVASÃO ESCOLAR NO
SEU MUNICÍPIO.

É fundamental que a experiência acumulada se torne uma política pública permanente. Caminhos para isso:



- 1) Elaboração de documento que seja um marco legal para a institucionalização de uma política de atendimento às crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município. Este produto conterá um protocolo com um desenho metodológico intersetorial para a execução dessa política;



- 2) Planejamento e elaboração de uma experiência piloto de fundamentação desta política a ser planejada e realizada sob um formato intersetorial;



- 3) Formação dos agentes públicos comunitários com maior potencial para tornarem-se responsáveis pelo processo de identificação de casos de crianças fora da escola e/ou infrequentes. Invariavelmente são agentes de saúde que integram as equipes que executam a estratégia de Saúde da Família e demais unidades de saúde do município, ou então assistentes sociais.



Lembramos que o Comitê intersetorial do Projeto Aluno Presente foi formado por gestores, assessores e técnicos das secretarias da educação, saúde e assistência social, incluindo também representantes da Casa Civil. O objetivo foi consolidar um protocolo de ações visando a implantação da política intersetorial que foi sendo gestada desde o primeiro ano do projeto. Com a intensificação e os resultados da experiência, o Comitê Intersectorial foi se fortalecendo politicamente e viabilizando propostas para uma política intersectorial posteriormente legitimada pelos secretários da educação, saúde e desenvolvimento social do município.

EDUCAÇÃO É UM DIREITO DE TODAS E TODOS: ESCOLA, FAMÍLIA E CIDADE JUNTOS.

A conquista da “universalização do acesso” ainda está a caminho em nosso país. Por ser parte importante da lógica sistêmica que produz a evasão, a infrequência crônica foi o alvo aqui. Que este Guia sirva a você, gestor público, como um novo instrumento para encontrar subsídios que contribuam para a mobilização e agregação de esforço da sociedade, do território, da escola e de profissionais engajados na defesa do direito à educação em sua cidade.



CIDADE ESCOLA
APRENDIZ

